

Lo urbano en
su complejidad:
una lectura desde
América Latina

Marco Córdova Montúfar, coordinador

**Lo urbano en
su complejidad:
una lectura desde
América Latina**



© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador
La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito – Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

Ministerio de Cultura del Ecuador
Avenida Colón y Juan León Mera
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 2903 763
www.ministeriodecultura.gov.ec

ISBN:
Cuidado de la edición: Paulina Torres
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta: Crearimagen
Quito, Ecuador, 2008
1ª. edición: julio, 2008

Índice

| | |
|---|-----|
| Presentación | 9 |
| Introducción | |
| El sentido de lo urbano en América Latina | 11 |
| <i>Marco Córdova Montúfar</i> | |
| I. TRANSFORMACIONES SOCIO-TERRITORIALES EN EL CONTEXTO DE LA GLOBALIZACIÓN | |
| Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano | 37 |
| <i>Carlos A. de Mattos</i> | |
| Estado, instituciones y desarrollo urbano | 65 |
| <i>Ricardo Carlos Gaspar</i> | |
| O Estado-Nação e as cidades –a redefinição do papel do Estado e a emergência das cidades no cenário internacional– uma questão paradigmática | 83 |
| <i>Chyara Sales Pereira</i> | |
| Lima Metropolitana y la globalización: plataforma de integración subordinada o espacio de autodeterminación en América Latina | 101 |
| <i>Roberto Arroyo y Antonio Romero</i> | |

II. DESAFÍOS DE LA GESTIÓN URBANA

Repensando las formas de gobierno y gestión pública en grandes ciudades de la Argentina. Análisis en términos de políticas de articulación multiactoral y gobernanza democrática 123
Rodrigo Carmona

Ciudadanos y vecinos: la crisis de la institucionalidad democrática de los Centros Vecinales de la ciudad de Córdoba frente a la complejización del espacio público local 147
Corina Echavarría

As políticas urbanas e o exercício de uma nova esfera pública na gestão das cidades 163
Márcia Helena Batista Costa

Gestão democrática das cidades e a participação dos movimentos sociais urbanos no Brasil 183
Evaniza Rodrigues

PRESENTACIÓN DE CASOS

Gestión comunitaria de los servicios públicos: las mesas técnicas de agua como herramienta para el desarrollo comunitario 205
Maria Gabriela Matos, Unaldo Coquies y Rosa Núñez

Gestión pública e integración urbana: una mirada al programa Bicentenario en Concepción, Chile 221
Alfredo Palacios Barra

Análise da implantação do “Boa-Noite Teresina” como política de prevenção à criminalidade 233
Katherine Lages Contasti Bandeira

III. LO URBANO COMO PROCESO DE COMUNICACIÓN Y APRENDIZAJE

| | |
|--|-----|
| Crónica urbana, la experiencia de vivir en la ciudad | |
| <i>Brenda U. Iglesias Sánchez</i> | 245 |
| Ciudad, espacio público y comunicación: | |
| Una reflexión en torno al discurso | |
| pedagógico de y sobre la ciudad | 259 |
| <i>Alexander Buendía Astudillo</i> | |
| Mediaciones pedagógicas para construir ciudad | 269 |
| <i>Nobora Aydee Ramírez y Yolanda Hernández</i> | |
| La Facultad de Arquitectura de La Habana en la ciudad | 289 |
| <i>Eliana Cárdenas</i> | |

IV. CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LO URBANO

| | |
|---|-----|
| Velhas fazendas cafeeiras: patrimônio | |
| e turismo em espaços esvaziados | 311 |
| <i>Mateus Rosada y Maria Ângela P. C. S. Bortolucci</i> | |
| Popayán, entre el tiempo colonial y el tiempo moderno | 327 |
| <i>Jose Enrique Urreste Campo</i> | |
| Sociología, ciudad y política: Cali en los últimos veinte años | 321 |
| <i>Francisco Javier Ocampo Cepeda</i> | |
| Motivaciones para pensar la exclusión territorial urbana | 359 |
| <i>María Clara Echeverría R.</i> | |

IV. Construcción social de lo urbano

O em Velhas fazendas cafeeiras: patrimônio e turismo em espaços esvaziados

Mateus Rosada* y Maria Ângela P. C. S. Bortolucci**

Resumo

Trata do embate entre interesse financeiro e interesse patrimonial na exploração turística de fazendas históricas na região de Limeira, no estado brasileiro de São Paulo. Aborda as transformações sociais e tecnológicas ocorridas no ciclo cafeeiro, a crise da cafeicultura e decadência do meio rural e sua atual reabilitação. Tendo em vista o caráter didático desse patrimônio e a identidade da comunidade local, observa que existem diferentes posturas ante o bem cultural tanto por parte dos proprietários rurais como dos visitantes. Destaca que existe uma postura mais cuidadosa daqueles que conhecem mais a história regional. Reforça a importância de uma educação patrimonial para a correta preservação dessas propriedades.

Palavras-chave: patrimônio rural, fazenda de café, educação patrimonial, turismo rural, patrimônio cultural.

* Arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (USP); e técnico em edificações pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP. Realiza pesquisas sobre arquitetura rural do período cafeeiro e arquitetura urbana religiosa.

** Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e doutora pela FAU/USP. Atualmente é docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC/USP. Realiza pesquisas sobre arquitetura brasileira, arquitetura urbana e rural paulista, arquitetura e modos de vida do século XIX e do início do século XX e patrimônio cultural.

Introdução

...Esse patrimônio está em perigo. Ele está ameaçado pela ignorância, pela antiguidade, pela degradação sob todas as formas, pelo abandono (...). A tecnologia contemporânea, mal aplicada, destrói as antigas estruturas. As restaurações abusivas são nefastas. Afinal e principalmente, as especulações financeira e imobiliária tiram partido de tudo e aniquilam os melhores projetos.
(Manifesto de Amsterdã, 1976: 03)

A recente atividade turística nas antigas fazendas de café da região de Limeira (estado de São Paulo, Brasil) vem acarretando em algumas modificações do espaço construído dessas propriedades. Este trabalho busca justamente discutir as posturas de atuação perante o patrimônio cultural, o conflito entre o interesse financeiro e o interesse histórico e a necessidade da educação patrimonial (Fig. No. 1).

Este artigo surgiu a partir de um desdobramento da pesquisa de iniciação científica “Estruturação Espacial das Fazendas de Café de Limeira e Região” (2004), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que permitiu conhecer e analisar o contexto atual de influência do turismo na arquitetura de antigas propriedades cafeeiras localizadas entre as cidades de Limeira e Rio Claro.

Fig. No. 1 - Localização da Região de Limeira no Estado de São Paulo e no Brasil



Desenvolvimento da região

O Brasil foi eminentemente rural durante quase quatro séculos e sua base econômica estava localizada na área rural, onde ocorriam as principais atividades. Os centros urbanos mais desenvolvidos, salvo os grandes portos, eram sempre grandes pólos de algum segmento agropecuário e, não raro, as propriedades rurais eram auto-suficientes em relação às cidades. Essa dinâmica econômica foi a mesma na área pesquisada: a região de Limeira, no estado de São Paulo, onde estão localizados os conjuntos rurais analisados. E São Paulo era, no alvorecer do século XIX, uma das províncias mais subdesenvolvidas do Brasil e sua economia se baseava na produção e exportação do açúcar.

Contudo, o ambiente rural paulista, já nas primeiras décadas do século XIX iniciaria uma verdadeira revolução com o advento da cafeicultura. Ao longo do ciclo cafeeiro, São Paulo se enriqueceu a ponto de se tornar a mais próspera província brasileira. A sociedade, a cultura e a arquitetura modernas de São Paulo moldaram-se com bases na cafeicultura e nos desdobramentos da riqueza que ela proporcionou. Por ser uma das *commodities* mais rendosas do planeta naquele período, o café trouxe enorme riqueza e prosperidade à região, com sensíveis reflexos nas cidades. À medida que a cultura do café avançava no território paulista, trazia consigo uma forma de produção muito mais economicamente liberal do que a cana-de-açúcar que a precedeu. Os investimentos em tecnologias e a contratação de trabalhadores assalariados aumentaram consideravelmente o dinheiro em circulação e isso possibilitou o surgimento de novas vilas e o florescimento de outras já existentes. As unidades de produção cafeeira, a partir do final da segunda metade do século XIX, seriam menos auto-suficientes, possibilitando que a economia urbana se tornasse mais autônoma e complexa, graças à sua financeirização.

No sistema de trabalho também ocorreram sensíveis alterações: o fim do sistema escravista (devido a vários fatores internos e externos ao Brasil). Uma parte dos fazendeiros paulistas, desta forma, investiu na contratação de mão-de-obra assalariada européia, isso num país onde quase toda a força de trabalho ainda era escrava. Grandes levas de

imigrantes portugueses, alemães e italianos chegaram ao Brasil, principalmente a partir da segunda década do século XIX. Desta forma, empregados livres brancos e escravos africanos trabalharam concomitantemente nas fazendas de café paulistas. Os dois regimes de trabalho conviveram por cerca de cinquenta anos até a definitiva proibição do regime servil no Brasil, em 1888.

O capital gerado com o café também resultou em incessantes investimentos nos transportes, nos maquinários, nas técnicas construtivas e de produção. Acarretou ainda na sofisticação dos modos de vida e, principalmente, da arquitetura. Com o processo expansionista do café, as fazendas da região de Limeira, que inicialmente cultivavam a cana-de-açúcar, sofreram profundas modificações em seus espaços para se adaptarem às novas necessidades.

A crise da cafeicultura e a decadência do meio rural

A pujança do período cafeeiro (de 1850 a 1930) fez com que o espaço rural se mantivesse em constante alteração e densamente povoado. Há casos de fazendas na área analisada que possuíam mais de 3 mil moradores (Fig. No. 2). No entanto, a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, desencadearia uma forte crise no sistema, forçando a reestruturação das atividades da região em novas bases, agora apoiadas na indústria. Isto, aliado a fatores como reformas econômicas e trabalhistas levadas a cabo pelo governo federal, valorização das atividades urbanas em detrimento das rurais, etc., fez com que a dinâmica rural entrasse em franca decadência.

Fig. No. 2

À esquerda: Terreiro da fazenda Ibicaba por volta de 1880. Em intensa atividade, a propriedade evidencia imigrantes e escravos preparando ferramentas agrícolas.



Fonte: Heflinger (2005: 73-74) – fotos do acervo da Dra. Lotte Köhler e Dr. Albrecht Shmidt.

À direita: O mesmo terreiro em 2002. Sem a cultura cafeeira, enorme espaço tornou-se um grande vazio.

Foto: Mateus Rosada

A partir de então, as cidades passaram a ser o centro da economia e o capital migra em grande parte do campo para a cidade. As fazendas perderam muito de sua autonomia e se tornaram muito mais dependentes das áreas urbanas. A evasão do capital para o perímetro urbano carregou consigo a população rural, pois se tornou extremamente oneroso para os grandes produtores rurais manter tantas famílias e empregados em suas terras. As fazendas, esvaziadas, foram erradicando seus pés de café e arrendando as terras para grandes usinas de álcool num extenso processo de declínio da cafeicultura que se arrastou desde a década de 1930 até os anos 80.

Segundo Magda Lombardo (1978:127), a região de Limeira já sofria com uma crise de superprodução do café desde os anos 1900, mas com o *Crash* da bolsa nova-iorquina, muitos mercados se fecharam, levando boa parte dos fazendeiros à falência. No período entre 1930 e 1960, foram arrancados das fazendas quase todos os cafezais e os fazendeiros passaram a se dedicar à policultura (cana-de-açúcar, arroz, feijão, milho, abacate, etc.) ou à citricultura. Entretanto, com o programa nacional Proálcool, em 1975, houve a grande expansão da cana-de-açúcar, cuja produção já vinha sendo retomada desde os anos 30 (Lombardo, 1978: 30). Desde então, a cana-de-açúcar passou a ocupar na região o lugar das demais

culturas e voltou a dominar o cenário rural brasileiro, especialmente o paulista.

Assim, grande parte das enormes estruturas construídas no período cafeeiro foi abandonada e, aos poucos, ruiu ou deu lugar a novas áreas de plantio de cana-de-açúcar. Com as terras arrendadas (cuidados e colheita realizados pelas usinas), houve a conseqüente diminuição das atividades nas fazendas. Isso acarretou, por sua vez, em novas alterações nas edificações, em abandonos e destruições. Houve casos de conjuntos edificadas inteiros arrasados pelas usinas.

Nos anos 60 e 70, já praticamente todos os investimentos econômicos brasileiros se destinavam às áreas urbanas. E, na região paulista, enquanto as construções rurais sofriam com a destruição devido à decadência da cafeicultura, as cidades passavam por um vertiginoso processo de transformação, de novas construções e também, por conseqüência, de destruições de antigas construções, essas, ao contrário das fazendas, causadas pelo crescimento econômico e demográfico.

As muitas demolições do patrimônio construído realizadas no meio urbano causaram um grande sentimento de perda na população, que se refletiu em uma revalorização das coisas antigas, reabilitando a importância das edificações históricas.

“A rapidez do processo de mudança, não há como negar, trouxe o sentimento de perda do sentido do passado, do desenraizamento e do esquecimento fácil, originando a necessidade de indivíduos e coletividades retomarem seu passado, na busca de elementos que permitam uma recomposição de sua personalidade” (Freire, 2002: 121-2).

A reabilitação do interesse pelo patrimônio

Portanto, paralelamente às grandes perdas ocorridas desde décadas anteriores a 1970, tomou corpo o interesse, aparentemente generalizado, pela história e pela arquitetura de épocas antigas. O processo de urbanização e globalização do país nas últimas décadas, que resultou no desaparecimento de tantas marcas do passado, provocou o debate sobre a

identidade cultural e as raízes das populações locais. O fato é que a preocupação com a história, sustentada por motivações as mais diversas, vem caminhando num ritmo crescente desde então, gerando nos indivíduos certo fascínio pela descoberta de informações de seu passado que até então estavam perdidas e esquecidas.

“As razões para esse novo fascínio pela história são diversas. Uma delas, contudo, tem sido referência obrigatória de todos aqueles que se debruçam sobre o fenômeno: a velocidade das mudanças que tais sociedades vêm experimentando nos últimos tempos, acompanhada da globalização, e seu impacto sobre a constituição da identidade, tanto individual como coletiva” (Freire, 2002: 121)

A atual volatilidade dos aspectos urbanos e sociais, resultante do frenético ritmo de transformações, faz com que a população perca parâmetros estáveis de afirmação do presente e de projeção do futuro e, com isso, busque elementos do passado para respaldar sua identidade e para afirmar e compreender suas raízes. Busca, desta maneira, uma forma de estabilidade apoiada na história. Nesse movimento, o patrimônio arquitetônico, por seu caráter estável e pela sua visibilidade, adquire importante (re)significação e o papel das construções históricas é reabilitado.

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um patrimônio comum e, perante as gerações futuras, se reconhece solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma no dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade” (Carta de Veneza, 1964:01).

Nas cartas patrimoniais, desde as proposições da Carta de Veneza, passando pela Declaração de Amsterdã, a compreensão do patrimônio a ser preservado foi ampliada para além da noção de monumento:

“A significação do patrimônio arquitetônico e a legitimidade de sua conservação são atualmente melhor compreendidas. Sabe-se que a

preservação da continuidade histórica do ambiente é essencial para a manutenção ou a criação de um modo de vida que permita ao homem encontrar sua identidade e experimentar um sentimento de segurança face às mudanças brutais da sociedade” (Declaração de Amsterdã, 1976: 10).

Empre evidenciando a preservação histórica como um instrumento fundamental de segurança diante do momento em que é grande a perda de referências, as cartas patrimoniais refletiam um sentimento coletivo de necessidade de salvaguarda da identidade.

Na região de Limeira, na procura pela identidade e pela história, os olhares dos habitantes urbanos se voltaram para o campo. Perceberam que o ambiente rural apresentava-se mais conservado que o urbano, apesar de esvaziado e, em boa parte, abandonado, pois estava inserido em outra dinâmica. As principais fazendas do período do café, que tanto contribuíram para a formação dessas cidades, despertaram, a partir de então, crescente interesse por parte da população.

O turismo rural atualmente

Acompanhando o movimento de revalorização do patrimônio e da busca pelas raízes, algumas fazendas da área de pesquisa vêm, há pouco mais de uma década, abrindo suas porteiras para a atividade turística. Os próprios órgãos municipais têm procurado auxiliar os proprietários rurais nas adaptações necessárias de suas fazendas e incentivado o turismo rural como uma forma de incrementar suas economias: o viés econômico está sempre presente, muitas vezes, encarado de forma prioritária ao patrimônio cultural: “hoje, parece que todos os municípios estão despertando para o turismo como uma das formas de saída econômica para desenvolvimento municipal” (Rhoden, 2001: 111).

As fazendas de Limeira vêm recebendo levas cada vez mais numerosas e constantes de turistas, até mesmo da capital paulista, ávidos por um pouco de história regional e de ar puro do campo, muitos deles são descendentes de imigrantes em busca de indícios de suas origens. O turismo rural atrai de volta, em parte, o dinheiro que havia escoado para as cidades no processo de urbanização da região e do país.

Assim como o patrimônio rural, preservado em parte pela decadência econômica do meio, propiciou o desenvolvimento da atividade turística pelas qualidades ambientais, culturais e históricas mantidas nas fazendas, o turismo, num segundo momento, traz divisas que permitem a conservação desse patrimônio. Em muitos casos, os edifícios históricos só continuam existindo devido à sua nova destinação econômica, pois poderiam ter sido eliminados se não houvesse atividade que justificasse sua manutenção.

“É preciso dizer que, se por um lado o Patrimônio Histórico foi um motivador para ao desenvolvimento do turismo, por outro, o turismo foi responsável pela preservação desse patrimônio” (Kother, 2001: 106). Não somente pelo aspecto econômico a exploração turística da arquitetura do passado contribui para a sua preservação. Sonia Maria Luccas complementa esse ponto de vista:

“Quando moradores locais percebem o valor que pessoas de fora atribuem àquilo que estão indo visitar, em algum aspecto de suas tradições ou paisagem, passam a olhar diferentemente aquilo que, no cotidiano, passaria despercebido ou seria considerado ‘antiquado’. Desenvolvem orgulho por esse legado e desejam passá-lo para as gerações futuras” (Luccas, 2000: 33)

É importante destacarmos que foi primeiramente a percepção do caráter histórico das propriedades rurais da região de Limeira que incentivou sua abertura ao turismo e atraiu pessoas que valorizaram ainda mais suas características. Num segundo momento, com os bons resultados econômicos em hotéis, restaurantes e serviços, as prefeituras implantaram ações para incrementar esse turismo, que passaram a se antecipar à população no reconhecimento da importância de outras propriedades (tanto rurais como urbanas). Nessa fase, o caráter cultural, muitas vezes, é sobrepujado pelo caráter economicista da exploração turística.

É evidente que o reconhecimento de valor do patrimônio trazido pelo turismo é de grande importância na manutenção do mesmo, mas existem tensões entre a exploração econômica através do turismo e a preservação, como pôde ser observado nas fazendas da região de Limeira. Embora se

crie uma imagem de que essas propriedades são representantes incólumes e fidelíssimas do período cafeeiro, pois os proprietários e agentes turísticos alimentam essa imagem, existem nelas várias alterações e adaptações posteriores ao tempo do café. Nas visitas a campo, foi possível notar que em todas as propriedades, sem exceção, foram feitas sucessivas demolições e novas edificações, desde o primeiro período, de cultivo de cana (anterior ao plantio de café), passando pelo período cafeeiro e até os dias de hoje, que alteram aos poucos a estrutura inicial, principalmente para adequação às necessidades mais recentes. Este processo de adaptação foi mais lento em certos períodos, mas nunca cessou por completo. Foi possível perceber, nas fazendas visitadas, que os maiores períodos sem modificações correspondem às fases em que as edificações estavam desocupadas. Quando estão em uso, existe sempre um processo de alteração, por mínimo que seja. O próprio processo de manutenção e conservação acarreta em pequenas adaptações e inserções, algumas vezes, de materiais até então estranhos à edificação antiga.

Entretanto, ultimamente, com a intensificação do turismo, está ocorrendo também a intensificação do processo de adaptação desses conjuntos rurais. A nova atividade econômica gera lucros, que implicam em novos investimentos, que acarretam novas modificações no espaço: são construídos quartos de hospedagem, restaurantes e piscinas; as tulhas e senzalas são reformadas internamente para comportarem salões de eventos e restaurantes; os terreiros recebem quadras; edificações pequenas, como casas de colonos e escolas, sem previsão de uso e sem interesse econômico, são demolidas ou simplesmente abandonadas.

Existem casos em que novas edificações são construídas como imitações da arquitetura tradicional local (Fig. No. 3). Há também reformas e adaptações nas antigas edificações que não evidenciam os elementos novos dos velhos, resultando num simulacro histórico que deturpa a leitura do bem.

“É mais comum, inclusive, vermos projetos que criam cenários, inventam história, fazem parques temáticos, com elementos culturais descontextualizados ou criam legislações de incentivos à construção de prédios novos com características formais da arquitetura tradicional para atrair turistas,

em detrimento de legislações que protejam o patrimônio autêntico”¹ (Rhoden, 2001: 111).

Dessa maneira, o turismo está sendo também o desencadeador de várias atitudes que podem alterar o patrimônio cultural e resultar em leituras distorcidas da história se não se levar em conta a representatividade e a identidade dos imóveis e das atividades dessas fazendas.

Fig.No. 3 - Cozinha do restaurante da fazenda Itapema, construída em 2004 dentro da antiga senzala. Paredes foram descascadas para deixar tijolos aparentes, pinturas à base de cal manchadas e madeiramento roliço da reforma são alguns dos elementos utilizados freqüente-mente para forjar uma impressão de antigüidade do ambiente novo



Fonte: <http://www.fazendaitapema.com.br>.

Constatamos, assim, uma ambigüidade: a atividade turística, que trabalha com a construção de uma imagem histórica, de um objeto (no nosso caso, de uma fazenda de café) fidedigno de um período econômico significativo na ocupação do território, acaba por depreciar gradativamente este objeto em sua materialidade e imaterialidade. Dessa forma, o turismo é ao mes-

1 O autor se refere a legislações que incentivam cidades do Sul do Brasil, como Blumenau, Colônia de São Pedro e Gramado a fazerem das novas construções imitações das antigas, provocando um falseamento histórico oficializado. Tal atitude de simulação de características antigas em novas edificações também ocorre em várias fazendas do Estado de São Paulo e em outras cidades históricas do país, muitas vezes sob a proteção de legislação local.

mo tempo uma fonte de renda que auxilia na manutenção econômica do local e um agente que, se não houver cuidado ou preocupação com a identidade local, desencadeia alterações de resultado negativo.

É compreensível que a estrutura dessas fazendas precise de adaptações para receber os turistas, mas faz-se necessário que proprietários e agentes envolvidos tenham em mente qual é a representatividade das construções e objetos com os quais estão lidando, uma vez que o patrimônio cultural tem um caráter destacadamente didático: “O turismo cultural produz tanto entretenimento como aprendizado, através de encontros próximos com a arte, a história, as tradições culturais passadas e presentes, bem como sua relação com a natureza em paisagens culturais” (Able Jr. apud Luccas, 2000: 31-32).

Posturas perante o patrimônio cultural e sua manutenção

Fig. No. 4 - À esquerda: Casa de máquinas da fazenda Santa Gertrudes arrumada para uma festa de casamento. É possível ver a passarela de inspeção e as centenárias máquinas ao lado das mesas.



Fonte: <http://www.fazendasantagertrudes.com.br>.

À direita: Evento com apresentação de grupo de percussão na tulha da mesma fazenda, onde se vê a passarela dos vagonetes que carregavam café. Fonte: <http://www.fazendasantagertrudes.com.br>.

É importante destacar que as necessárias adaptações e manutenções possuem muitas maneiras de serem executadas. Uma característica perceptível nas visitas a campo é que os proprietários que realizaram modificações mais criteriosas são os que demonstraram ter um conhecimento mais profundo sobre sua fazenda e, portanto, entendem melhor a

importância e o significado de sua propriedade no contexto da história regional e nacional. Suas posturas, comparadas às de outros fazendeiros (com menos conhecimentos ou com menor interesse na manutenção do bem), são as que mais se aproximam das recomendações das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do ICOMOS. Mesmo que os proprietários não as conheçam (quase a generalidade dos casos) os mais interessados pela história buscam auxílio técnico com profissionais e estudiosos da área para realizarem intervenções. Outra característica que facilita a preservação das fazendas é o reconhecimento de valor oficial através do tombamento pelos conselhos de defesa do patrimônio (IPHAN, nacional, e CONDEPHAAT, estadual – são duas na área de pesquisa), quando o acompanhamento técnico das alterações se torna obrigatório.

Porém, os conjuntos de edificações que formam essas propriedades são em geral grandes e complexos, necessitando de muito investimento financeiro para sua manutenção ou restauração. Em grande parte das vezes, somente a atividade turística não possibilita que a propriedade se torne sustentável e lucrativa (Fig. No. 4). Mesmo o reconhecimento por parte do governo não auxilia na captação de recursos². Programas nacionais de financiamentos de obras em bens históricos, como o Monumenta, do Ministério da Cultura brasileiro, só prevêem verbas para imóveis em área urbana, ignorando o patrimônio rural. Na busca por financiamentos, proprietários, historiadores, arquitetos e órgãos de cultura e turismo têm se unido em OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), associações sem fins lucrativos, que visam obter auxílio financeiro para a manutenção do patrimônio, especialmente o rural, seja este de origem governamental ou empresarial, ou mesmo verbas obtidas através da Lei Rouanet³. A criação de OSCIP's tem crescido nos últimos anos, pois, além de facilitar o acesso a financia-

2 Segundo o Artigo 216 da Constituição Brasileira, no § 1º: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Entretanto inexistem políticas públicas que propiciem de forma ampla a preservação do patrimônio.

3 A Lei brasileira de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, cria instrumentos para que empresas deduzam parte de seu imposto para aplicar o dinheiro em ações culturais, nas quais está contemplado, entre outras coisas, o restauro arquitetônico.

mentos, tem sido também o espaço para trocas de experiências entre proprietários, técnicos e estudiosos que contribuem para um direcionamento mais preciso e correto de medidas para manutenção e recuperação dessas edificações e espaços rurais.

Educação patrimonial e parcerias

A preservação da arquitetura, das técnicas construtivas, em muitos casos, esbarra no conflito com os interesses econômicos que estão envolvidos na exploração turística. Os aspectos históricos e financeiros devem ser cuidadosamente balanceados, uma vez que:

“Cultura e turismo se apresentam como uma parceria difícil e mesmo, às vezes, conflitante. Instituições culturais tendem a ser orientadas por missões e funções educacionais, enquanto o turismo é orientado por mercado e lucro. Um casamento entre os dois é geralmente levado por oportunidade econômica mais do que por afinidade natural e, como qualquer relacionamento, exige um bocado de conversa para assegurar o entendimento. Onde a cultura do turismo fala de destinações e atrações, as ciências humanas falam dos lugares e seus poderes... Lugares são melhor definidos pela cultura, pelas histórias nascidas e contadas lá. Um lugar é uma destinação com uma história” (Quay, James, 1997, apud Lucas, 2000: 30-1).

Os fatores que mais influem para o embate entre preservação e adaptação são a desinformação e o desinteresse pelo arcabouço histórico dessas fazendas. É preciso que exista todo um sistema para a educação patrimonial nas escolas e universidades, que os meios de comunicação divulguem e informem sobre os bens históricos e sua significação. E que essa informação não venha somente no formato da pura necessidade da preservação, mas que conduza o indivíduo a realmente reconhecer, compreender e sentir que bem cultural de fato o representa.

“A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo

recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes. As vantagens, não apenas estéticas e culturais, mas também sociais e econômicas que pode oferecer uma política bem conduzida de salvaguarda dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência deveriam ser objeto de uma informação clara e completa. Essa informação deveria ser amplamente difundida entre os organismos especializados, tanto privados como públicos, nacionais, regionais e locais e entre a população, para que saiba porque e como seu padrão de vida pode ser melhorado” (Normas de Quito, 1967: 09).

Ao longo de alguns anos (pouco mais de uma década) em que se explora o turismo rural na região de Limeira, é possível perceber que as fazendas mais preocupadas com sua preservação já se apresentam diferenciadas para os turistas justamente porque conseguem ser mais fidedignas à história que representam.

A harmonia entre o patrimônio histórico e as necessidades impostas pela nova dinâmica pode ser alcançada (mesmo sendo difícil que seja de forma total e plena) com a educação patrimonial. Sem dúvida é prioritário conhecer melhor esse patrimônio cultural e compreender seu significado e sua identidade no contexto da história regional, mas isto por si só, não produz resultados que assegurem sua manutenção: é preciso buscar novas parcerias entre proprietários, prefeituras, faculdades e sociedade civil que possibilitem a captação de recursos para a conservação dessas propriedades, a troca de experiências e vivências que enriqueçam o conhecimento sobre a arquitetura rural, visando sempre a preservação do patrimônio cultural e da identidade local.

Bibliografia

- Carta de Veneza (1964). ICOMOS 1964. Disponível na World Web Wide em < <http://www.iphan.gov.br> >, acessado em 27/ago/2007.
- Declaração de Amsterdã (1976). Amsterdã: Conselho da Europa. Disponível na World Web Wide em < <http://www.iphan.gov.br>>, acessado em 27/ago/2007.

- Freire, Doía e Lúgia Leite Pereira (2002). “História oral, memória e turismo cultural”. In Murta, Stela Maris e Celina Albano, orgs. *Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Território Brasilis.
- Heflinger Jr., José Eduardo e Paulo Mazutti Levy e Rommel Siqueira Campos Cantalice, org. (2005). *Recordações de infância de Carlota Schmidt no ibicaba*. Limeira: Unigráfica.
- Kother, Beatriz (2001). “Patrimônio histórico e turismo”. In Gonçalves, Ana Beatriz R. e Claudete Boff, orgs. *Turismo e cultura: A história dos atrativos regionais*. Porto Alegre: URI, FAPERGS.
- Lombardo, Magda Adelaide (1978). A Economia e organização do espaço agrário, o exemplo de Cordeirópolis. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Luccas, Sonia Maria de Mattos (2000). “Turismo Cultural no Vale do Paraíba – uma experiência Histórica”. In *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. Piracicaba: FEALQ.
- Manifesto de Amsterdã (1976). Amsterdã: Conselho da Europa. Disponível na World Web Wide em < <http://www.iphan.gov.br>>, acessado em 27/ago/2007.
- Normas de Quito (1967). Quito: OEA. Disponível na World Web Wide em < <http://www.iphan.gov.br> >, acessado em 27/ago/2007.
- Rhoden, Luiz Fernando (2001). “Patrimônio histórico como potencialidade para o turismo”. In Gonçalves, Ana Beatriz R. e Claudete Boff, orgs. v.1. Porto Alegre: URI, FAPERGS.
- <http://www.fazendaibicaba.hpg.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.fazendaitapema.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.fazendaitapema.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.fazendapinhal.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.fazendaq.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.fazendasantagertrudes.com.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.iphan.gov.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.limeira.sp.gov.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.monumenta.gov.br>, acessado em ago/2007.
- <http://www.satmidia.com.br>, acessado em mar/2005.